

Massa Crítica

nº 4

setembro/2002



Análise de Conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional

A Agenda Hemisférica do Império... e a Outra Agenda

Comentários sobre a Entrevista da Embaixadora dos EUA no Brasil

Marcos Arruda*
por Pacs e Campanha Jubileu Sul-RJ

Meu texto se baseia no artigo de Patrícia Zimmermann, da Folha Online, Brasília, de 4/9/02, intitulado "Presidente da Oposição não alterará relação com EUA, diz Embaixadora". Meus comentários estão em negrito, antecedidos pelas iniciais MA.

A possível eleição de um governo de oposição em outubro não deverá mudar o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos com relação à "agenda hemisférica" (que envolve todos os países da América). A avaliação é da embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak.

MA - A AGENDA HEMISFÉRICA é uma agenda dos EUA imposta ao resto do continente. O Império usa roupagem democrática e capatazes locais para esconder seus tentáculos. A Agenda inclui "combate ao narco e ao terrorismo", alibis perfeitos para encobrir a tentativa de controle militar e policial, além do comercial e financeiro, sobre todo o continente. Enquanto vemos ruirem as experiências neoliberais em todo o mundo empobrecido, seus ideólogos fazem progressos nos espaços de negociação da OMC (Organização Mundial do Comércio) e da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). A agenda, em uma palavra, é a liberalização. Contra ela temos que nos insurgir. Direitos iguais a países tão profundamente disparez significa a perpetuação das desigualdades e a dominação dos fortes sobre os fracos. O comércio não pode ser "livre" num mundo cada vez mais monopolizado e carterizado, no qual mais da metade das trocas internacionais se fazem no interior de grandes corporações. Nem pode haver cooperação, partilha e reciprocidade onde a regra do jogo é a competição e a busca do máximo ganho para o indivíduo ou o país. O que quer a embaixadora dizer é que "os dados estão lançados" no Brasil. Ela diz isto antes mesmo da eleição presidencial, como se já tivesse feito um acordo de continuidade com cada um e todos os candidatos à Presidência do Brasil! Ela também pode estar dizendo que quem vencer já entra amarrado a compromissos que nenhuma postura de oposição impedirá de cumprir. A arrogância e hipocrisia é sem limites. A que interesses o novo governo deve servir, aos da Nação brasileira ou aos dos Estados Unidos? Qualquer que seja o cenário, caberá à sociedade civil exercer a máxima pressão contra a Agenda estadunidense e em favor da Outra Agenda!

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais

Os parceiros

CCFD (França)
CHRISTIAN AID (Reino Unido)
Ação Quaresmal (Suíça)
Ford Foundation (EUA)
FPH (França)
SCIAF (Escócia)
TRÓCAIRE (Irlanda)

A OUTRA AGENDA - As sociedades do continente têm propostas para uma Outra Agenda, que tem uma dupla dimensão continental e global. Neste momento de fracasso de mais uma Cúpula Mundial (Rio+10) devido à rigidez e à visão estreitamente egocêntrica dos EUA, é importante reportar-nos ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que tem sido o espaço de vocalização e articulação das propostas para A Outra Agenda. Elas incluem:

- a redução de tarifas dos países da América do Norte para os produtos da ALC (América Latina e Caribe), sobretudo os de maior valor agregado;
- a construção de uma outra integração que tenha como referência primordial os direitos humanos e dos povos, sobretudo o direito ao seu próprio desenvolvimento;
- a adesão dos países que mais contribuem para a poluição do planeta, sobretudo os EUA, aos tratados internacionais e às metas de redução das taxas de poluição da atmosfera, dos solos, das águas e de destruição das florestas;
- o desmantelamento dos programas de ajuste estrutural na ALC e a retirada da presença e da supervisão do FMI sobre as economias do hemisfério;
- o controle do poder corporativo das grandes empresas e bancos, a regulação das práticas corporativas e a eliminação da colisão de grandes empresas/bancos e Estado, matriz de práticas sistemáticas de corrupção;
- a adoção de um sistema internacional de taxação dos fluxos financeiros globais, em particular os de curto prazo, e a utilização desta taxa para a criação de um fundo global de combate à fome e à miséria, gerido por entidades da ONU (Organização das Nações Unidas) em colaboração com as organizações da sociedade civil dedicadas ao desenvolvimento solidário e à justiça ambiental;
- a adoção de mecanismos de auditoria pública do sobreendividamento; a adoção de políticas globais (comerciais, financeiras, de investimento) que invertam os fluxos de riqueza e renda, em benefício dos países e dos povos mais necessitados;
- a criação de um tribunal internacional de recursos para países altamente endividados, independente, transparente e democrático, empoderado para julgar a natureza não apenas legal ou ilegal, mas também legítima ou ilegítima das dívidas financeiras;
- a redefinição dos padrões de consumo dos países e das classes abastadas do Continente, que conduza à redução da quantidade de energia e de bens consumidos por elas e ao investimento em pesquisa e desenvolvimento de fontes energéticas alternativas e sustentáveis;
- a adoção de políticas fiscais e tributárias progressivas, que visem à redistribuição da renda do Continente, ao aumento da demanda efetiva das populações empobrecidas não apenas da América Latina e Caribe (ALC) mas também do Canadá e dos próprios EUA e, em consequência, do investimento produtivo associativo nos seus respectivos países, numa perspectiva de desenvolvimento ao mesmo tempo democrático e sustentável;
- rejeição de tratados fundados na ilusão do "livre" comércio entre desiguais, e promoção de Acordos de Cooperação subregional (Cone Sul, Região Andina, América do Sul, América Central e Caribe, América Latina) como base para a construção de uma outra integração hemisférica;
- orientação de recursos materiais e financeiros para a superação da fome e para a democratização dos meios e das condições coletivas de trabalho e de vida para as populações famintas, em particular das mulheres e crianças;
- a adoção dos diversos acordos internacionais sobre direitos como referência para a formulação de políticas econômicas nacionais e continentais, incluindo as que promovam a democratização dos recursos produtivos, do crédito e do acesso aos mercados;
- combate à violência não apenas a partir dos seus fatores conjunturais, mas também dos estruturais, mediante a adoção de políticas de combate aos fatores que perpetuam a fome, a exclusão e a violência, e pela introdução de regulação da mídia e dos produtos ditos culturais, a fim de que se tornem veículos de promoção de valores construtivos para a convivência social e interpessoal, quais sejam o da cooperação, do altruísmo, da reciprocidade, da solidariedade e da irmandade entre as pessoas e os povos;
- a redefinição do projeto de paz continental e planetária a partir da continentalização e da globalização da justiça social e ambiental, do respeito e da promoção dos direitos humanos, sociais e dos povos.

Ela evitou comentar os rumos das eleições presidenciais, alegando que o assunto é uma "decisão para o povo brasileiro", mas ressaltou que a "agenda hemisférica" prevê políticas firmes dos Estados e não de governos.

Segundo a embaixadora, a condução das negociações sobre a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) será discutida com o próximo governo, uma vez que o Brasil e os EUA dividem a liderança da implantação do bloco.

MA - Para quem ainda duvidava do envolvimento profundo do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com as negociações para a implantação da Alca em todo o continente, aqui está a prova: o governo FHC desempenha um papel de liderança, portanto, de capataz dos interesses estadunidenses no continente. A Agenda Hemisférica dos EUA é boa para o governo FHC, mas é má para as Nações e povos do continente, inclusive para o próprio povo estadunidense. Os compromissos previstos pela Alca para os países, mesmo na fase atual de negociações, anterior à assinatura do acordo, são uma afronta aos direitos dos povos do continente! A Alca devia ser foco de uma denúncia da América Latina e Caribe junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU, tomando por base as diversas declarações e critérios da própria ONU. Caberia ao próprio Secretário Geral da ONU a iniciativa de denunciar e opor-se ao Acordo da Alca como uma proposta de acordo lesiva aos direitos dos povos, sobretudo aos direitos à soberania, ao desenvolvimento próprio e à vida! Na ausência disto, cabe à sociedade civil dos nossos países tomar esta iniciativa.

A OUTRA AGENDA é articulada não apenas por movimentos sociais do Sul do continente mas também por coalizões e redes globalizadas que envolvem o Sul e o Norte. Exemplos disso são o documento *Alternativas para as Américas*, da Aliança Social Continental (www.asc-hsa.org) e o relatório *Alternativas à Globalização Econômica*, do Fórum Internacional sobre Globalização (www.ifg.org).

Além da Alca, também fazem parte da agenda questões relacionadas à segurança, ciência e tecnologia e ao crime internacional. Donna Hrinak destacou que é importante para o "hemisfério" encontrar uma resposta coletiva para a ameaça que o terrorismo e o narcotráfico representam.

Questionada sobre a redução de barreiras protecionistas que impediriam o acesso do Brasil ao mercado americano, a embaixadora afirmou que o assunto merece negociação com todos os países.

Ela reafirmou a intenção dos EUA de retirar restrições na OMC (Organização Mundial do Comércio) no prazo de cinco anos, mas lembrou que a redução das barreiras tarifárias também terá que ocorrer na União Européia e no Japão, por exemplo. "Obviamente temos diferenças sobre vários assuntos", disse, apontando a negociação como o caminho para minimizar os conflitos.

MA - Os EUA criam fatos negativos para seus parceiros comerciais - como as medidas de proteção à agricultura estadunidense e as tarifas sobre o aço, e depois chamam todos à negociação... O país que mais riqueza controla no mundo, que tem a maior dívida externa (mais de US\$ 6 trilhões) e que mais polui tem um apetite ilimitado. Desconhece a ética da reciprocidade. Quer devorar a todos - marca de sua aspiração imperial. A lógica de equidade que marcou o processo de construção da União Européia contrasta escandalosamente com a lógica de dominação que prevalece no contexto das relações comerciais atuais dos EUA com o resto do Continente e com as negociações da Alca. Na atitude dos EUA não há traço de cuidado com os econômica e comercialmente mais fracos, não há nenhum espírito de equidade, de sustentabilidade e de paz.

A OUTRA AGENDA inspira-se no que o Fórum Internacional sobre Globalização chama de dez princípios para sociedades democráticas e sustentáveis:

- (1) democracia popular: o empoderamento dos povos para tornar-se sujeitos ativos da democracia e a construção de governos a serviço do povo e das comunidades;
- (2) subsidiaridade: deve ser local toda decisão e atividade que possa ser tomada e realizada localmente;
- (3) sustentabilidade ecológica: que todas as cidadãs e cidadãos do planeta possam ter suas necessidades humanas satisfeitas sem ameaçar a capacidade das futuras gerações de satisfazerem às suas, sem diminuir a diversidade natural da vida na Terra e sem ameaçar a viabilidade dos ecossistemas;
- (4) herança comum: todos os bens comuns do planeta - (i) água, solo, ar, florestas, habitats botânicos ou zoológicos, que sustentam a vida, assim como (ii) a herança cultural e de saber que é criação coletiva da espécie, e (iii) os serviços públicos básicos (trabalho, saúde, educação, saneamento, segurança pública e seguridade social - devem ser compartilhados equitativamente por todos os povos e por todos os setores da sociedade;
- (5) direitos humanos: incluindo os individuais, os econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos, que sirvam de paradigma para a elaboração das leis, das políticas de Estado e dos acordos regionais e continentais;
- (6) trabalho, meios de vida, emprego: este é um dos principais direitos básicos a ser garantido pelas economias do continente e do mundo, reorganizadas segundo a lógica da "gestão da casa" (eco+nomia) para o bem-viver dos seus habitantes;

- (7) segurança alimentar e garantia dos alimentos suficientes: isto implica não apenas o acesso sustentável a alimento suficiente e de qualidade para manter-se são, mas também o controle pelas comunidades locais e nacionais sobre o conhecimento, a técnica e o processo de produção desses alimentos;
- (8) equidade: comunidades e sociedades democráticas e sustentáveis exigem que a renda e a riqueza do país e do continente sejam distribuídas equitativamente; isto inclui também uma estratégia para saldar a dívida social, histórica e ambiental e a criação de instituições continentais e globais de governo capazes de garantir o cumprimento desses princípios e direitos;
- (9) diversidade: reconhecimento conceitual e prático de que a diversidade cultural, biológica, social e econômica é central para a viabilidade de uma vida digna, saudável e sustentável;
- (10) princípio da precaução: deve orientar todas as atividades sociais e econômicas, toda a pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos e todo mecanismo de indução ao consumo; deve também orientar a escolha cotidiana de cada pessoa e família a respeito do que comprar e do que consumir.

Se a principal potência continental e global, os EUA, tivesse o desejo e avontade de adotar estes princípios como orientadores de sua ação hemisférica e global, o mundo estaria saindo da era das sombras em que está vivendo neste início de novo milênio! Cabe ao povo estadunidense e aos povos de cada país das Américas a iniciativa de pressionar os governos e as instituições de governo global em favor dessa Outra Agenda.

Ela reconheceu que a iminência de um ataque militar dos EUA contra o Iraque tem provocado uma estagnação na economia mundial depois dos atentados terroristas de 11 de setembro.

MA - Duas razões para a agressão dos EUA ao Iraque sobressaem. Uma, seu interesse geoeconômico e geopolítico em ganhar o controle dos recursos petrolíferos do Iraque (e da Venezuela!) frente aos riscos implícitos no apoio político e militar à política agressiva e belicista de Ariel Sharon no Oriente Médio. A outra, a urgência de afastar o fantasma da recessão prolongada da economia estadunidense ativando desmesuradamente toda a cadeia produtiva da indústria bélica. Os países "aliados" dos EUA são chamados a apoiar politicamente e também financeiramente essa agressão, em nome de uma "ordem" global de caráter genuinamente imperial. E todo Império se utiliza de próceres locais, capazes de justificar ideologicamente a necessidade de a periferia submeter-se ao Império, "para seu próprio bem"!

Para aqueles que amamos o Brasil e a América Latina e Caribe, é o momento, de demonstrarmos nosso empenho em lutar sem tréguas por uma nova e genuína independência!
Elejamos o Presidente e o Congresso mais capazes de colocar em prática A Outra Agenda!
Por um Brasil soberano e ao mesmo tempo solidário!

Marcos Arruda

Rio de Janeiro, 7 de setembro de 2002

** O autor é economista e educador, coordenador geral do PACS, Rio de Janeiro, membro do Partido dos Trabalhadores e sócio do Instituto Transnacional, Amsterdam.*

MASSA CRÍTICA* é um informe com periodicidade irregular do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, distribuído por via eletrônica e impressa referente a fatos relevantes da conjuntura nacional e internacional. *(Disponível também em espanhol e inglês)*
Endereço: Av. Rio Branco, 277 sala: 1609 – Centro, Rio de Janeiro/RJ 20040-009
Tel./fax: (0XX 21) 2210-2124 • Correio El.: pacs@pacs.org.br Sítios: www.pacs.org.br
Diagramação: Cristiane Maria de Souza
* Se você deseja receber/indicar pessoas para ter este boletim eletronicamente, retorne para documentos@pacs.org.br Assunto: "Endereço Eletrônico para lista – MASSA CRÍTICA"